

EMENDAS PARLAMENTARES

CGU terá de facilitar acesso a dados

Dino manda órgão apresentar projeto de mudança do Portal da Transparência para que não haja “obstáculos” à obtenção de informações

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou novas medidas para garantir transparência na execução das emendas parlamentares. A decisão ocorre na mesma semana em que houve um diálogo institucional com os demais Poderes a respeito do repasse desses recursos. Uma das determinações é que a Controladoria-Geral da União (CGU) apresente, em até 30 dias, um projeto de reestruturação do Portal da Transparência que permita o acesso “sem embaraços ou obstáculos”, às informações referentes às emendas de comissão (RP 8) e às emendas de relator (RP 9), mecanismo principal do orçamento secreto.

A partir de 2025, os ministérios terão de adotar códigos usados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para identificar repasses provenientes de emendas de relator e de comissão.

Dino determinou também que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos apresente, em 30 dias, um plano de ação para garantir a transparência das transferências fundo a fundo — um tipo de repasse entre fundos federais, estaduais e municipais, sem necessidade de se celebrar um convênio.

Em relação a organizações da sociedade civil que atuam com recursos públicos, o relator decidiu que tais entidades devem usar os sistemas de licitação integrados ao portal Transferegov.br.

As medidas ocorrem após o acordo selado em almoço, na terça-feira, com integrantes dos Três Poderes. No encontro, as autoridades chegaram a um consenso para assegurar “critérios de transparência, rastreabilidade e correção” da parte do orçamento que é direcionada por parlamentares a seus redutos eleitorais.

“Em obediência ao poder-dever do relator, estão sendo adotadas medidas, antecedidas de diálogos institucionais e reuniões técnicas, visando a que haja, de fato, transparência e rastreabilidade na aplicação do dinheiro oriundo e pertencente à sociedade brasileira”, frisou Dino.

O despacho, assinado ontem, ainda sanou a expectativa quanto à reapreciação da liminar de Dino que suspendeu o repasse de emendas de relator e de comissão até que seja assegurada a transparência das transferências.

O ministro sinalizou que só vai decidir sobre a retomada dos pagamentos após chegarem à Corte as manifestações dos envolvidos no processo, incluindo os Três Poderes e órgãos públicos.

Andressa Anholete/SCO/STF



O despacho de Dino sanou a expectativa quanto à reapreciação da liminar assinada por ele que suspendeu o repasse de emendas



Em obediência ao poder-dever do relator, estão sendo adotadas medidas, antecedidas de diálogos institucionais e reuniões técnicas, visando a que haja, de fato, transparência e rastreabilidade na aplicação do dinheiro oriundo e pertencente à sociedade brasileira”

Flávio Dino, ministro do STF

“Na ocasião, será apreciada a solicitação da Secretaria de Relações Institucionais do Poder Executivo quanto à retomada das execuções das RP 8 e RP 9, sempre nas condições fixadas por este Tribunal”, anotou o magistrado.

O painel reformulado a ser lançado pela CGU em até 90 dias vai consolidar as informações de documentos e sistemas do governo federal que estão “atualmente dispersos e desorganizados”.

A medida atende ao ministro, que externou “preocupação” durante a audiência de conciliação sobre o orçamento secreto. Na ocasião, Dino ressaltou a necessidade de centralizar informações sobre as emendas, de modo a garantir a transparência dos repasses.

O Congresso e o Executivo haviam indicado ao STF que havia limites para as informações que cada um dos Poderes detinha sobre as emendas.

A nova decisão de Dino também avança sobre esse ponto: ele indicou que a CGU deverá identificar quais informações estão indisponíveis, para que então sejam realizadas as “requisições judiciais cabíveis” e adotadas eventuais “providências para a responsabilização de agentes omissos”.

O magistrado decidiu que os valores sejam depositados e geridos em contas bancárias específicas, individualizadas por transferência e por emenda parlamentar. (Com Agência Estado)

Homenagem à juíza Nancy López

Material cedido ao Correio



A juíza costa-riquenha Nancy Hernández López, presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, recebeu o título de doutora Honoris Causa, concedido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). A magistrada foi reconhecida pela contribuição para a proteção e promoção dos direitos humanos nas Américas, sobretudo a Latina, e por ser a primeira mulher a ocupar a presidência da Corte Interamericana. Estiveram presentes autoridades como o ministro Gilmar Mendes, do STF; e a ministra Maria Thereza de Assis Moura, então presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

PODER

Lula e diretor da Anvisa trocam críticas

» YASMIN RAJAB

O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, rebateu declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a demora na liberação de remédios para a população. Em carta aberta, ele frisou que a lentidão é reflexo da falta de servidores e que a demanda já havia sido repassada ao chefe do Executivo.

“O atual governo federal foi alertado que o número insuficiente de servidores traria impacto direto no cumprimento da missão da agência, desde o Gabinete de Transição, logo após as eleições de 2022 (...), e quatro oficiais foram encaminhados, à época”, enfatizou.

A declaração de Lula ocorreu durante a inauguração de uma fábrica da farmacêutica EMS, em Hortolândia (SP). O presidente disse que a Anvisa precisa “andar um pouco mais rápido para aprovar os pedidos que estão lá”. “Não é possível o povo não

poder comprar remédio porque a Anvisa não libera. Quando algum companheiro da Anvisa perceber que algum parente dele morreu porque o remédio que poderia ter sido produzido aqui, e não foi produzido porque eles não permitiram, aí a gente vai conseguir que ela seja mais rápida e atenda melhor os interesses do nosso país”, criticou.

Barra Torres rebateu sustentando que, nos últimos anos, especialmente durante a pandemia, 10 servidores da agência morreram trabalhando.

Na nota, o diretor-presidente da Anvisa acrescentou que o órgão fez reuniões com o Ministério da Gestão e enviou 22 ofícios para alertar a respeito da situação. “A medida concreta que recebemos nesse interim foi a liberação por parte do governo federal de 50 vagas (menos da metade) das 120 disponíveis no ano de 2023, para concurso público para a Anvisa”, destacou. “Assim, desde o início do atual governo, a Anvisa enviou 26 ofícios expondo

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/DA Press



o problema da falta de pessoal e participou de reuniões com ministros sobre o mesmo tema.”

Segundo Barra Torres, “com número insuficiente de trabalhadores e com tarefas de trabalho que só fazem crescer, o tempo para realização de tais tarefas

só pode se tornar mais longo”. “Aguardamos que essa situação seja de fato e finalmente resolvida, conforme a fala referenciada.”

“Nenhuma morte é necessária. Nenhuma morte de familiar é necessária. Necessário é que mais pessoas possam se somar

a nós, em nosso trabalho. Necessário é que gestores públicos, responsáveis por gerar condições de trabalho, cumpram com seus deveres e não terceirizem suas próprias responsabilidades”, disparou.

O dirigente acrescentou que



Necessário é que gestores públicos, responsáveis por gerar condições de trabalho, cumpram com seus deveres e não terceirizem suas próprias responsabilidades”

Antonio Barra Torres, diretor-presidente da Anvisa

a declaração de Lula “entristece, agride, avilta e, acima de tudo, enfraquece a Anvisa, internamente e no cenário internacional, onde é referência para inúmeros países, fruto de árduo trabalho, por mais de 25 anos”.

Pacheco: aviso a bolsonaristas

» BRUNO NOGUEIRA

Belo Horizonte — O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que “pressões” para que seja pautado o pedido de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não vão funcionar enquanto ele comandar o Congresso.

Pacheco avaliou as questões políticas envolvendo o caso do ministro Alexandre de Moraes, revelado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que o magistrado teria agido fora do rito institucional para investigar apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo o senador, é importante ter “prudência” e deixar o Judiciário examinar a situação, mas, enquanto presidente do Congresso, “não pode fazer nenhum tipo de julgamento”.

O parlamentar fez uma retrospectiva dos últimos fatos políticos envolvendo apoiadores de Bolsonaro. De acordo com ele, a Justiça precisa agir dentro de limites e no devido processo legal, mas “há muito pouco tempo” se teve um ataque à sede dos Três Poderes com pessoas que “pretendiam, inclusive, prender autoridades públicas”.

“Obviamente que a Justiça tem que agir dentro de limites, não há dúvida disso, e eu, inclusive como presidente do Senado, defendi e aprovei uma proposta de emenda à Constituição que limita decisões monocráticas do STF. É incrível que esses mesmos que pedem agora impeachment de ministro se calaram durante oito meses depois de ter aprovado essa PEC, como se pretendesse, não a solução do problema, mas a lacração de rede social”, observou, após receber homenagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Em 7 de setembro de 2023, bolsonaristas, como os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Gustavo Gayer (PL-GO), convocaram protesto em São Paulo para pressionar pelo impeachment de Moraes. O mesmo movimento está previsto para este ano, em Belo Horizonte — Nikolas, inclusive, lembrou que a cidade é reduto eleitoral de Pacheco.

“O que for para me sensibilizar vai ser muito bem-vindo. Não adianta querer me pressionar. Tenho responsabilidade com meu cargo, sei o que represento e a responsabilidade que tive quando muitas pessoas ofendiam a democracia e queriam uma intervenção militar”, argumentou Pacheco.